

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**
Fortaleza – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 3.3 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo com um único cliente, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações-suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2021 e comparamos o montante total com os valores registrados. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com à Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 16 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.864	2.044	Fornecedores a pagar		598	628
Depósitos vinculados	6	301	521	Empréstimos e financiamentos	10	3.432	3.324
Contas a receber	5	1.450	1.339	Debêntures	10	3.723	1.575
Impostos a recuperar		18	56	Encargos tributários e trabalhistas		1.013	208
Despesas antecipadas		194	131	Arrendamentos a pagar	9	27	23
Outros ativos	7	618	23	Ressarcimento de energia a pagar	11	9.746	2.828
				Outras contas a pagar		5	-
Total do ativo circulante		4.445	4.114	Total do passivo circulante		18.544	8.586
Depósitos vinculados	6	11.690	9.882	Dividendos a pagar	19	55	55
Direito de uso - Arrendamentos	9	2.838	2.704	Empréstimos e financiamentos	10	29.461	31.858
Imobilizado	8	101.713	103.704	Debêntures	10	12.094	13.182
				Encargos tributários e trabalhistas		-	142
Total do ativo não circulante		116.241	116.290	Arrendamentos a pagar	9	3.016	2.881
				Ressarcimento de energia a pagar	11	1.012	1.406
				Provisão para desmobilização	12	1.748	1.579
				Total do passivo não circulante		47.386	51.103
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		80.212	80.212
				Prejuízos acumulados		(25.456)	(19.497)
				Total do patrimônio líquido		54.756	60.715
Total do ativo		120.686	120.404	Total do passivo e patrimônio líquido		120.686	120.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	14	9.836	11.609
Custo das vendas	15	<u>(9.771)</u>	<u>(9.449)</u>
Lucro bruto		<u>65</u>	<u>2.160</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(910)	(920)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	<u>1.802</u>	<u>(14)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>957</u>	<u>1.226</u>
Receitas financeiras		539	271
Despesas financeiras		<u>(6.392)</u>	<u>(5.035)</u>
Resultado financeiro	18	<u>(5.853)</u>	<u>(4.764)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(4.896)</u>	<u>(3.538)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(1.063)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(5.959)</u>	<u>(3.538)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(5.959)	(3.538)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(5.959)</u></u>	<u><u>(3.538)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>80.212</u>	<u>(15.959)</u>	<u>64.253</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(3.538)</u>	<u>(3.538)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>80.212</u>	<u>(19.497)</u>	<u>60.715</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(5.959)</u>	<u>(5.959)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>80.212</u>	<u>(25.456)</u>	<u>54.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(4.896)</u>	<u>(3.538)</u>
Ajustes por:			
Depreciação	7	3.609	3.608
Amortização direito de uso de arrendamentos	8	91	227
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	16	227	80
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	16	(465)	(195)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9	5.426	4.531
Baixa de imobilizado	7	1.147	14
Atualização provisão para desmobilização		169	59
Amortização custos de captação empréstimos	9	31	100
Baixa de passivos de arrendamento		(65)	-
Provisão para ressarcimento de energia	10	<u>6.524</u>	<u>3.124</u>
		<u>11.798</u>	<u>8.010</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(111)	(25)
Despesas antecipadas		(63)	(17)
Impostos a recuperar		38	15
Depósito vinculado		220	130
Outros ativos		(595)	10
Fornecedores a pagar		(30)	83
Outras contas a pagar		5	(5)
Encargos tributários e trabalhistas		<u>(195)</u>	<u>54</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>11.067</u>	<u>8.255</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(205)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(2.444)	(1.281)
Pagamento de juros de debêntures	9	(1.438)	(1.342)
Pagamento de juros de arrendamentos	8	<u>(227)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>6.753</u>	<u>5.632</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		(1.343)	(2.762)
Aquisição de imobilizado	7	<u>(2.765)</u>	<u>(8)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(4.108)</u>	<u>(2.770)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(2.310)	(1.019)
Pagamento de debêntures - principal	9	(494)	(313)
Pagamento de arrendamentos - principal	8	<u>(21)</u>	<u>(238)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(2.825)</u>	<u>(1.570)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(180)</u>	<u>1.292</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.044	752
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>1.864</u>	<u>2.044</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(180)</u>	<u>1.292</u>
Principais transações que não afetaram caixa			
Remensuração de ativos arrendados		<u>225</u>	<u>5.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, de propriedade da Companhia, vendeu 12 MW de energia no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

Até 2019, a Companhia era uma *joint venture* com controle conjunto dos acionistas Darby Servtec Energia - Fundo de Investimentos e a Brave Winds Geradora II S.A., cada um com participação de 50%. Em 2020 a acionista Darby Servtec Energia - Fundo de Investimentos em Participações passou a ser a única acionista, com 100% do capital social, passando a obter o controle total da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 13.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, que possui a concessão dos direitos de transmissão.

Em 9 de fevereiro de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde essa data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

A gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Nota Explicativa nº 22).

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

O surto de uma doença contagiosa, a COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e se manteve no exercício de 2021.

Identificamos que o surto também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas às nossas operações, e a Companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das orientações advindas da OMS com vistas à quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação.

A Companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A Companhia detém estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das suas operações.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, dessa forma não sofreremos nenhum impacto material com relação à COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

Durante o exercício de 2020, a Companhia utilizou os benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil de prorrogação do vencimento dos tributos e parcelamentos e da suspensão temporária concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dos pagamentos do empréstimo (ver Nota Explicativa nº 10). Em 2021 a Companhia não utilizou nenhum benefício de prorrogação de tributos ou suspensão dos pagamentos do empréstimo.

A Companhia ratifica que, durante o exercício de 2021, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos; (ii) redução de receita; (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras; (iv) liquidez; (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

a. Capacidade produtiva

A Companhia possui uma usina geradora de energia eólica, situada no município de Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 11 unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 23,1 MW e de garantia física do contrato de 12,8 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
Malhadinha I	Ibiapina - CE	11	12,8	12,0

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 14.099 (em 31 de dezembro de 2020: R\$ 4.472), devido, principalmente, ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e ao saldo das contas de ressarcimento da CCEE, em virtude do não atingimento dos níveis de geração de energia contratadas nos últimos anos e também ao processo de *constrained-off* (Nota Explicativa nº 11), valor este contabilizado no passivo circulante. Adicionalmente, a Companhia possui o saldo de R\$ 11.690 (em 31 de dezembro de 2020: R\$ 9.882) em depósitos vinculados às dívidas, mantidos no ativo não circulante, que representam 63% do saldo do passivo circulante.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A Administração acredita que a execução das ações e do seu planejamento serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e que tais esforços irão manter a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012
EOL Malhadinha I	Resolução Autorizativa 4652, de 6 de maio de 2014	13 de maio de 2014

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	Jul/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

Dessa forma, a partir julho de 2014, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

A conta de energia é apurada a cada 12 meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anual e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, ao final de cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em 12 ou 24 meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.4 Outros aspectos relevantes

Subvenções governamentais - Incentivo federal

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de dez anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da Região Nordeste do país.

No ano de 2019, a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2028. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste na redução do IRPJ devido, num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprida condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não utilizou o benefício, pois apresentou prejuízo fiscal e não houve apuração de imposto de renda a pagar.

No exercício de 2021, a Companhia optou pela tributação na forma do Lucro Presumido, não sendo portanto aplicável o Incentivo do Lucro da Exploração.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) emitiu as licenças de operação do parque (nº 314/2014) e da linha de transmissão (nº 310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação já foi concluído com as novas licenças de operação do parque (nº 714/2018) e da linha de transmissão (nº 693/2018) com validade até dezembro de 2022.

1.5 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 3.12** - arrendamento: determinar se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período em que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa nº 9** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;

- **Nota Explicativa nº 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Notas Explicativas nºs 11 e 14** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo em que as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

3.3 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizado ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com a única cliente da Companhia (ver Nota Explicativa nº 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior ao MWh contratado, ou passivos, caso a geração seja inferior ao MWh contratado, em contraparte da receita no resultado.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava o regime de tributação do lucro real. A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia passou a adotar o regime de tributação do lucro presumido.

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 31/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos - conta movimento	59	1
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>1.805</u>	<u>2.043</u>
	<u>1.864</u>	<u>2.044</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os dois exercícios. Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 21.

5 Contas a receber

	2021	2020
Receita - CCEE (i)	1.450	1.339
Total	1.450	1.339

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

6 Depósitos vinculados

	2021	2020
Conta centralizadora (a)	301	521
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.221	1.182
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	1.660	844
Conta reserva de O&M (d)	441	473
Conta reserva especial (e)	8.091	7.243
Conta de pagamento de debêntures (f)	277	140
	11.991	10.403
Circulante	301	521
Não circulante	11.690	9.882

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta-corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a 1/4 (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031, sendo que do saldo desta conta de reserva especial, R\$ 5.501 serão destinados para pagar o *constrained-off*, quando da cobrança pela CCEE.
- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para julho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2021 e 2020, foram, respectivamente, de 4,15% a.a. e 6,26% a.a.

7 Outros ativos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (*)	603	8
Depósitos em caução	15	15
Total	618	23

(*) Em 2021 refere-se preponderantemente ao adiantamento ao fornecedor Weg Equipamentos, realizado em dezembro, com emissão de nota fiscal em 2022.

8 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2019	Adição	Baixas	31/12/2020	Adição	Baixas	31/12/2021
Administração							
Máquinas e equipamentos	24	3	-	27	-	-	27
Equipamentos e processamentos de dados	16	-	-	16	-	-	16
Moveis e utensílios	45	-	-	45	-	-	45
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	(33)	-	-	-	-
Direito de uso de <i>software</i>	2	-	-	2	-	-	2
Subtotal administração	120	3	(33)	90	-	-	90
Parque eólico							
Acessos, obras e instalações	34.074	-	-	34.074	-	-	34.074
Sobressalentes	62	-	-	62	-	-	62
Transformador	1.090	-	-	1.090	-	-	1.090
Torres	5.582	-	-	5.582	-	-	5.582
Geradores (**)	16.329	-	-	16.329	2.746	(1.450)	17.625
Nacelle	13.651	-	-	13.651	-	-	13.651
Pás	22.084	-	-	22.084	-	-	22.084
Outros materiais e equipamentos	32.194	5	-	32.199	19	-	32.218
Subtotal parque eólico	125.066	5	-	125.071	2.765	(1.450)	126.386
Provisão para desmobilização (*)	1.418	-	-	1.418	-	-	1.418
Imobilizado em operação	126.604	8	(33)	126.579	2.765	(1.450)	127.894
Depreciação da administração	(67)	(10)	19	(58)	(7)	-	(65)
Depreciação do parque eólico	(18.958)	(3.557)	-	(22.515)	(3.561)	303	(25.773)
Amortização desmobilização	(261)	(41)	-	(302)	(41)	-	(343)
Depreciação acumulada	(19.286)	(3.608)	19	(22.875)	(3.609)	303	(26.181)
Total	107.318	(3.600)	(14)	103.704	(844)	(1.147)	101.713

(*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica.

(**) Em 8 de janeiro de 2021 houve um sinistro no rotor de um dos aerogeradores, necessitando da substituição do mesmo. A Companhia possuía seguro com cobertura para os danos causados e recebeu da seguradora o valor de R\$ 2.948, classificadas em Outras Receitas Operacionais.

No ativo imobilizado estão capitalizados custos de empréstimos e financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 4.972.

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Administração	
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	20
Direito de uso – softwares	20
	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Parque eólico	
Sobressalentes	2,86
Transformador	2,86
Torres	2,86
Geradores	2,86
Nacelle	2,86
Pás	2,86
Outros materiais e equipamentos	2,86
Acesso, obras e instalações	2,86

Em 2021, a depreciação e amortização do exercício alocada ao custo das vendas monta R\$ 3.602 (em 2020, R\$ 3.598); às despesas, R\$ 7 (em 2020, R\$ 10).

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10.

9 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato é de 20 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 1º de janeiro de 2020	<u>8.539</u>
Remensuração	(5.608)
Despesa de depreciação do exercício	<u>(227)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.704</u>
Remensuração	225
Despesa de depreciação do exercício	<u>(91)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.838

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 1º de janeiro de 2020	<u>8.670</u>
Remensuração	(5.608)
Juros apropriados no resultado	80
Pagamento de principal	<u>(238)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.904</u>
Remensuração	160
Juros apropriados no resultado	227
Pagamento de principal	(21)
Pagamento de juros	<u>(227)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>3.043</u>

Impactos no resultado do exercício

	2021	2020
Despesas com depreciação	(91)	(227)
Despesas financeiras	<u>(227)</u>	<u>(80)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(318)</u>	<u>(307)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2021			2020		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(234)	261	27	(218)	241	23
De 1 a 2 anos	(232)	261	29	(216)	241	25
De 2 a 3 anos	(230)	261	31	(214)	241	27
De 3 a 4 anos	(227)	261	34	(212)	241	29
De 4 a 5 anos	(224)	261	37	(209)	241	32
Acima de 5 anos	<u>(3.620)</u>	<u>6.505</u>	<u>2.885</u>	<u>(1.154)</u>	<u>3.922</u>	<u>2.768</u>
Total	<u>(4.767)</u>	<u>7.810</u>	<u>3.043</u>	<u>(2.223)</u>	<u>5.127</u>	<u>2.904</u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O endividamento da Companhia está apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 conforme demonstrado a seguir:

	Taxas	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (i)			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a. + TJLP	33.067	35.374
(-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos		<u>(174)</u>	<u>(192)</u>
		<u>32.893</u>	<u>35.182</u>
Circulante		3.432	3.324
Não circulante		<u>29.461</u>	<u>31.858</u>
Debêntures (ii)			
	9,43% a.a. + IPCA	15.876	14.829
(-) Custos de captação de debêntures		<u>(59)</u>	<u>(72)</u>
		<u>15.817</u>	<u>14.757</u>
Circulante		3.723	1.575
Não circulante		<u>12.094</u>	<u>13.182</u>
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		<u>48.710</u>	<u>49.939</u>

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,65% acrescido da TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2021 o total de 70 prestações.

Em 7 de maio de 2020 o BNDES autorizou a suspensão temporária dos pagamentos de principal e juros de maio a outubro de 2020, com capitalização do saldo devedor, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do contrato. Em 2021 não houve suspensão nos pagamentos.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

Em 15 de junho de 2015, a Companhia realizou emissão de 1.030 debêntures simples, no montante total de R\$ 10.300, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As debêntures possuem vencimentos semestrais, iniciando em julho de 2017 até dezembro de 2026.

Sobre o principal da dívida incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa anual de 9,43% acrescido do IPCA.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como redução da dívida.

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Em um ano	3.432	3.723	3.324	1.575
De um a dois anos	4.974	4.919	3.556	1.714
Acima de dois anos	24.487	7.175	28.302	11.468
Total	32.893	15.817	35.182	14.757

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.927	14.336	49.263
Amortização de principal	(1.019)	(313)	(1.332)
Juros pagos	(1.281)	(1.342)	(2.623)
Amortização dos custos de captação	18	82	100
Juros reconhecidos no resultado do exercício	2.537	1.994	4.531
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.182	14.757	49.939
Amortização de principal	(2.310)	(494)	(2.804)
Juros pagos	(2.444)	(1.438)	(3.882)
Amortização dos custos de captação	18	13	31
Juros reconhecidos no resultado do exercício	2.447	2.979	5.426
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.893	15.817	48.710

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.

A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva nº 159/11 (CER). A Companhia concedeu em penhor:

- Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
- Máquinas e equipamentos relativos ao projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós-garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; e
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

11 Ressarcimento de energia a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 10.758 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 4.234) se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à CCEE, que será descontado conforme contrato de comercialização de energia elétrica. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. Com base no Despacho nº 2.303/2019 da ANEEL ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019 pela CCEE, que seriam feitos em 12 parcelas, não serão realizados até uma definição sobre a audiência pública nº 034/2019, definindo a questão do *constrained-off*.

A Audiência Pública tem por objetivo obter subsídios para o aprimoramento do relatório de análise de impacto regulatório e da minuta de normas referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação de usinas eólicas.

A Companhia manteve esses valores de ressarcimentos não efetuados no passivo circulante.

	2021	2020
Ressarcimento a pagar – <i>Constrained-off</i>	5.500	2.664
Ressarcimento a pagar – apuração no ano de suprimento e quadriênio vigentes	5.258	1.570
	10.758	4.234
Circulante	9.746	2.828
Não circulante	1.012	1.406

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2021 e 2020, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia nenhum processo tributário, trabalhista ou civil envolvendo a Companhia.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 1.748, (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.579) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada, utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. Em dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou cálculo de atualização do valor da provisão para desmobilização dos seus ativos imobilizados, utilizando o IPCA.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é composto por 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.212.

Em 25 de junho de 2020, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a transferência da totalidade das ações detidas pela acionista Brave Winds Geradora II S.A. para a acionista Darby Servtec Energia – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, que passou a ser a única acionista da Companhia, com 100% do capital social.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia apurou prejuízos, não constituindo, portanto, reservas.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

14 Receita líquida de vendas

	2021	2020
Receita de energia contratada	10.208	12.792
PIS (*)	(66)	(211)
Cofins (*)	(306)	(972)
	<u>9.836</u>	<u>11.609</u>

(*) Em 2021 a Companhia alterou o regime de apuração para lucro presumido, alterando também a tributação do PIS e Cofins para o regime cumulativo, com alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente (em 2020 as alíquotas eram de 1,65% e 7,6%)

15 Custos das vendas

	2021	2020
Depreciações	(3.602)	(3.598)
Depreciação do direito de uso de arrendamentos	(91)	(227)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(2.045)	(1.948)
Custos regulatórios	(107)	(76)
Custos gerais	(274)	(180)
Custos com manutenção	(2.890)	(2.702)
Custos com pessoal	(143)	(128)
Serviços de terceiros	(566)	(593)
Custo sócio ambiental	(213)	(370)
Custos com infraestrutura	(160)	(149)
Créditos PIS/Cofins (*)	-	527
Remensuração de arrendamentos (**)	332	-
Outros custos	(12)	(5)
	<u>(9.771)</u>	<u>(9.449)</u>

(*) Em 2020, a Companhia apurou os tributos indiretos pelo regime não cumulativo. Em 2021 realizou a apuração pelo regime cumulativo.

(**) Em 2021, a Companhia realizou o ajuste de amortização acumuladas referentes ao exercício de 2020 e 2021.

16 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas gerais	(79)	(55)
Despesa com manutenção	(18)	(23)
Despesas com pessoal	(309)	(299)
Serviços de terceiros	(334)	(366)
Despesa com infraestrutura	(99)	(88)
Despesa com publicações	(16)	(51)
Depreciações	(7)	(10)
Despesas tributárias	(38)	-
Outras despesas administrativas	(10)	(28)
	<u>(910)</u>	<u>(920)</u>

17 Outras receitas operacionais

Em 2021 a Companhia sofreu um sinistro no seu imobilizado e acionou o seguro para ressarcimento financeiro de danos materiais e lucros cessantes, conforme demonstrativo abaixo:

	2021
Ressarcimento por danos materiais	2.561
Ressarcimento por lucros cessantes	387
Baixa de imobilizado sinistrado	<u>(1.146)</u>
	<u>1.802</u>

18 Resultado financeiro

	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras (*)	537	229
Variação monetária ativa	<u>2</u>	<u>42</u>
Receita financeira	<u>539</u>	<u>271</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.426)	(4.531)
Despesas financeiras com arrendamentos	(227)	(80)
Fianças bancárias	(9)	(7)
Juros passivos	(16)	(17)
Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(2)	(1)
Outras despesas financeiras	<u>(712)</u>	<u>(399)</u>
Despesas financeiras	<u>(6.392)</u>	<u>(5.035)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.853)</u>	<u>(4.764)</u>

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 72 (2020: 34) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 465 (2020: R\$ 195).

19 Tributos sobre o lucro

Em 1º de janeiro de 2021, a Companhia alterou o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social para o lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizaram o montante de R\$ 1.063, conforme evidenciado no quadro abaixo:

2021	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	10.208	10.208
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	817	1.225
Outras receitas e receitas financeiras (*)	<u>2.271</u>	<u>2.271</u>
Base de cálculo	3.088	3.496
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	463	315
Imposto adicional (IRPJ)	<u>285</u>	<u>-</u>
Imposto corrente a recolher	<u>748</u>	<u>315</u>

(*) Estão contidas receitas financeiras de R\$ 470, receita de lucros cessantes decorrente do sinistro de imobilizado de R\$ 387 e ganho patrimonial decorrente do sinistro de imobilizado de R\$ 1.414.

Em 2020, a Companhia era optante pela tributação com base no lucro real e em 31 de dezembro de 2020, possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 3.399.

	2020
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.538)
(+) Adições	<u>139</u>
(=) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>(3.399)</u>

20 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 514 (2020 R\$ 24), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 142 (2020 R\$ 127). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas.

b. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações, com 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão para liquidação.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

21 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado (ver Nota Explicativa nº 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2021	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.864	-	-
Depósitos vinculados	11.991	-	-	11.991
Contas a receber de clientes	-	1.450	-	-
Fornecedores	-	-	598	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	32.893	32.893
Debêntures	-	-	15.817	15.817
Arrendamentos a pagar	-	-	3.043	3.043
Dividendos a pagar	-	-	55	55
Em 31 de dezembro de 2020	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.044	-	-
Depósitos vinculados	10.403	-	-	10.403
Contas a receber de clientes	-	1.339	-	-
Fornecedores	-	-	628	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	35.182	35.182
Debêntures	-	-	14.757	14.757
Arrendamentos a pagar	-	-	2.904	2.904
Dividendos a pagar	-	-	55	55

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem R\$ 1.864 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 2.044) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o saldo de R\$ 11.991 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 10.403) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	<u>A vencer em</u>		<u>A vencer</u>		<u>Totais</u>	
	<u>até 1 ano</u>		<u>acima de 1 ano</u>			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	3.432	3.324	31.656	34.254	35.088	37.578
Debêntures	3.723	1.575	14.451	15.021	18.174	16.596
Fornecedores	598	628	-	-	598	628
Arrendamentos a pagar	27	23	3.257	3.111	3.284	3.134

Risco de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	1.805	Variação do CDI	1.843	1.863	1.883	1.904	1.924
Efeito no resultado			(40)	(20)	-	21	41
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	11.690	Rendimentos em FI	12.033	12.227	12.422	12.616	12.810
Efeito no resultado			(389)	(195)	-	194	388
Saldo de empréstimos e financiamentos	32.893	TJLP	33.645	34.058	34.472	34.886	35.299
Efeito no resultado			(827)	(414)	-	414	827
Saldo de debêntures	15.817	IPCA	16.533	16.970	17.408	17.846	18.284
Efeito no resultado			(875)	(438)	-	438	876
	Saldo 31/12/2020	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	2.043	Variação do CDI	2.070	2.084	2.099	2.113	2.127
Efeito no resultado			(29)	(15)	-	14	28
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	9.882	Rendimentos em FI	10.172	10.336	10.500	10.665	10.829
Efeito no resultado			(328)	(164)	-	165	329
Saldo de empréstimos e financiamentos	35.182	TJLP	35.998	36.447	36.896	37.346	37.795
Efeito no resultado			(898)	(449)	-	450	899
Saldo de debêntures	14.757	IPCA	15.076	15.250	15.424	15.599	15.773
Efeito no resultado			(348)	(174)	-	175	349

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

22 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim sumarizados:

	2021	2020
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	48.710	49.939
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(1.864)	(2.044)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(11.991)</u>	<u>(10.403)</u>
Dívida líquida	<u>34.855</u>	<u>37.492</u>
Total do patrimônio líquido	<u>54.756</u>	<u>60.715</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u><u>0,64</u></u>	<u><u>0,62</u></u>

* * *

Maiza Rodrigues Ponte Parente
Diretora Financeiro-administrativa

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8